

POLÍTICA CULTURAL E COMBATE A POBREZA: BREVE ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROJETO JARDIM DE GENTE, EM FORTALEZA, CEARÁ

Raquel Santos Honório¹

Alexandre Barbalho²

Lina Luz³

RESUMO: Este estudo objetiva compreender como a cultura e a arte pode ser usada como recurso para o combate à pobreza. Para isto é tomada a experiência do Projeto Jardim de Gente como estudo de caso, um projeto de formação em arte e cultura que acontece em um centro cultural, na periferia de Fortaleza/CE, financiado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza. Entendemos que uma ação cultural, no âmbito da formação, é uma estratégia válida para possibilitar a saída da condição de pobreza, a partir do momento em que facilita a aquisição de um capital cultural e social por parte de seus beneficiários. Porém, o Jardim de Gente é uma experiência que precisa ser mais bem sistematizada, formatada e executada para alcançar resultados eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Política Cultural, Formação em Cultura e Arte, Combate à Pobreza.

1 Introdução

Este trabalho busca discutir sobre a formação em arte e cultura como uma ferramenta de combate à pobreza. A questão que se coloca é pensar se para além das políticas de habitação, educação, saúde e outras, podemos tomar as políticas culturais como recurso legítimo de enfrentamento às causas da pobreza. Para esta discussão será trazido como pano de fundo um estudo sobre as concepções e práticas do Projeto Jardim de Gente, um projeto de formação em arte e cultura que acontece no Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) desde 2007, juntamente com a percepção e as experiências dos alunos que participam dos cursos.

Este Centro Cultural é um equipamento público implantado pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Cultura do Estado (SECULT), localizado em uma das regiões mais pobres da cidade de Fortaleza, tendo a frente das suas ações o Instituto de Cultura e Arte do Ceará (IACC), a primeira organização social criada no Brasil no campo cultural, no ano de 1998. O IACC, além de gerenciar as ações do CCBJ, é também a organização responsável pelo funcionamento do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), um dos maiores centros culturais da América Latina, também localizado na capital cearense, mas na região turística da cidade. Por isso, a gestão e as estratégias utilizadas

¹ Mestranda em Planejamento e Política Pública na Universidade Estadual do Ceará. raquelshonorio@gmail.com

² Coautor. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará. alexandrealmidabarbalho@gmail.com

³ Coautora. Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará. linaluz06@gmail.com

em cada um dos equipamentos, por comporem realidades distintas e por terem objetivos diversos, precisam ser problematizadas e pensadas de modo diferente por seus gestores.

O Projeto Jardim de Gente é um exemplo de distinção da função destes dois equipamentos culturais. Trata-se de uma ação cultural (e mais na frente discutiremos este conceito) financiada pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)⁴. Seus objetivos e estratégias estão, portanto, diretamente relacionados à ideia de combate à pobreza, o que o faz ir além de ações e eventos culturais pensados apenas para uma fruição artística, entretenimento e desenvolvimento do campo cultural de uma determinada região.

O CCBJ fica em uma das regiões mais pobres da cidade de Fortaleza, a Regional V tem o maior número de pessoas vivendo na extrema pobreza e o bairro da Granja Lisboa, onde o CCBJ é localizado, é o terceiro bairro da cidade neste *ranking*, segundo dados do IPECE (IPECE, 2012). É também uma área estigmatizada pela violência e ambientalmente muito degradada. Por tudo isso, tem sido uma região focada pela política de combate à pobreza no Ceará. O projeto Jardim de Gente tem por objetivo geral “contribuir para o desenvolvimento social e sustentável do Grande Bom Jardim, através de ações de formação voltadas para o fortalecimento da cidadania e a geração de trabalho e renda na área da cultura”⁵. Essas formações são oferecidas através de cursos e oficinas gratuitas para pessoas de todas as idades, em diversas linguagens artísticas, e na área da gestão cultural e tecnologias da informação⁶.

Este artigo tem como objetivo, portanto, discutir as ações de formação do Jardim de Gente ocorridas ao longo de 2012, a partir de uma observação participante e da percepção de alguns alunos sobre o seu processo formativo vivenciado. Baseando-se nesta experiência, queremos contribuir com a discussão de como a cultura e a arte vem sendo usada como recurso para o combate à pobreza.

Metodologicamente, partimos de uma abordagem quanti-qualitativa, utilizando-se da técnica da observação participante, e da coleta de dados por meio de pesquisa documental, analisando documentos, relatórios e revistas do projeto. Aplicamos também questionários com 23 alunos, com faixa etária de 18 a 25 anos, para pensarmos na realidade de um público específico, tendo em vista que não daríamos conta do perfil complexo do público geral do projeto. Durante o ano de 2012, procuramos conhecer profundamente o projeto,

⁴ O FECOP foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 e entre os seus objetivos está “promover transformações estruturantes, que possibilitem um efetivo combate à pobreza”.

⁵ Trecho retirado do texto do Projeto Jardim de Gente 2012.

⁶ Alguns dos cursos oferecidos são: teatro, dança de rua, designe de moda, informática básica, desenvolvimento de jogos digitais, elaboração de projetos culturais, coral, artesanato, fanzine, leitura e literatura, violão e prática de conjunto.

acompanhando algumas atividades, principalmente as reuniões de construção do Plano Político Pedagógico (PPP), as formações de professores e as reuniões entre os coordenadores.

Um estudo bibliográfico serviu como pano de fundo para contextualizar algumas questões as quais este projeto remete, os desafios que ele tenta responder e as problemáticas levantadas pela pesquisa. Alguns temas pesquisados foram: a democracia da cultura, a cultura como recurso, o conceito de ação cultural e a formação/qualificação para cultural. Partiremos então desses apontamentos teóricos.

2 Apontamentos teóricos

O lugar da política cultural no cenário nacional é algo hoje incontestável. A cultura, não só enquanto identidade, práticas e crenças de povos, mas também enquanto produto, bens e serviços simbólicos, ferramenta de trabalho, recurso para geração de renda e tantos outros usos feitos hoje do conceito de Cultura, a coloca hoje num lugar de destaque dentro das políticas públicas.

Na obra *La política cultural: temas, problemas y oportunidades* de Eduardo Nivón Bolán (2006), ele faz uma reflexão sobre o conceito de política cultural.

Toda reflexión sobre política cultural se refiere en última instancia al ejercicio del poder y la toma de decisiones del estado o de los agentes sociales para definir el curso que ha de seguir ese haz de relaciones de la vida social que identificamos con el nombre de cultura.

O autor traz então a questão do poder e dos agentes sociais nesse processo de definição do que seja e de como seja a política cultural. Assim, podemos pensar que o lugar que ela ocupa hoje no Brasil, foi um processo construído ao longo dos anos por uma série de decisões e atores sociais, e principalmente, por uma disputa de poder entre estes. Se nos detivermos às leituras presentes na obra *Políticas Culturais no Brasil* (2007), organizada por Albino Rubim e Alexandre Barbalho, observaremos este processo.

Bolán (2006) ainda explica qual o corte feito para converter a cultura em objeto da política. Para ele, os objetos da política cultural são “(...) *aquellos segmentos de la cultura que para existir, preservar o generalizarse requieran de atención como parte de lo público*”. Ou seja, “*no todo fenómeno cultural – en cuanto producción de sentido – debe volverse objeto de política pública sino sólo aquellas prácticas socialmente organizadas que para ejercerse requieran protección, fomento, salvaguardia o reglamentación*”. Aí Bolán faz um recorte do que seja o objeto da política cultural.

No que diz respeito ao papel da política cultural, Isaura Botelho (2001) traz o conceito de “democracia cultural” (contrapondo a ideia de “democratização da cultura”) que se trata de uma democracia passível de ser atingida quando uma pessoa consegue, através das políticas públicas de cultura, optar por desenvolver ou não, vivenciar ou não os aspectos artísticos e culturais que lhes são apresentados. Ou seja, consegue deter informações e ferramentas que a permita escolher de que forma vai usufruir da cultura e da arte, dando-lhe inclusive o direito de não gostar de algumas linguagens ou expressões culturais, por exemplo. Este entendimento de democracia difere da simples “democratização da cultura”, por exemplo, quando o Estado ou empresas privadas criam centros culturais nas periferias das grandes cidades, tornando-os próximos a população de menor renda. Isso não significa, segundo Isaura Botelho, que eles estarão acessíveis, que serão usufruídos ou significativos para estas pessoas.

No aspecto da gestão da política cultural, Albino Rubim (2007) levanta a questão da formação, ponto que abordaremos aqui. Ele critica “a ausência de uma política consistente de formação de pessoal qualificado para atuar na organização da cultura”. Esta é uma crítica que podemos estender a ausência de políticas para qualificação de pessoas para compor o cenário da produção cultural nacional de modo geral, ou como diz Teixeira Coelho (1997), a formação voltada para a produção da obra. Assim como, uma formação que vise a “arte pela arte”, que pense num processo que antes de tudo leve às pessoas o entendimento da dimensão simbólica e cultural da vida. Observando todos estes aspectos, podemos entender a formação aqui, no sentido de aquisição de um “capital cultural”, pensando num conceito mais amplo.

O conceito de “capital cultural” ficou amplamente conhecido através das obras do sociólogo francês Pierre Bourdier, onde se ligava fortemente a variável educacional. Até hoje, é um conceito que continua central para o entendimento das relações de dominação presentes nas estruturas sociais (CUNHA, 2007).

Teixeira Coelho no seu *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997) sistematizou este conceito da seguinte forma:

Constituem o capital cultural de um indivíduo ou comunidade a soma de todos esses instrumentos que permitem o consumo e a produção dos bens simbólicos (bem como sua distribuição e troca) e o conjunto dos próprios bens simbólicos produzidos, como as coleções nas bibliotecas, pinacotecas, museus, galerias, cinematecas, videotecas, o assim por diante.

O capital cultural é, portanto, um tipo de capital tão necessário para a completude dos indivíduos em sociedade, quanto o capital social ou o capital econômico. E as políticas culturais, tem por excelência a função de pensar o desenvolvimento deste capital em todas as suas dimensões.

Pensar a pobreza e a cultura, e como ambas se imbricam numa política cultural, foco de nossa investigação, é pensar na relação íntima apontada por Teixeira (idem), entre o capital econômico e o cultural.

Haveria deste modo, uma íntima relação entre a estrutura de distribuição do capital econômico entre os diversos segmentos de uma sociedade ou país e a estrutura de distribuição (participação) do capital cultural nessa sociedade ou país. Em decorrência desta observação, haverá, por exemplo, desequilíbrio entre o capital cultural dito de produção e o capital cultural de consumo, significando que uma parte da população pode ter acesso ao capital cultural via consumo, mas permanecerá alienada de sua produção.

Isso nos remete à conclusão de que, não se trata só de combater a pobreza com ações culturais, mas desenvolver a cultura através do aumento do capital econômico das pessoas também. Observamos, portanto, que há uma via de mão dupla entre estes dois capitais.

Nos últimos anos, tem se fortalecido o entendimento da cultura enquanto um recurso ou capital social. Para Marta Porto (2007) a cultura é percebida como esse capital e por isso torna-se fator primordial para as políticas de desenvolvimento. Pensar a cultura como recurso não só econômico, mas também para o desenvolvimento social, pode servir de fundamentação teórica para compreender a emergência de projetos de formação como ferramenta de combate à pobreza, pois a promoção da cultura pode ser também um caminho para a inclusão social e econômica, segundo o entendimento de alguns autores. Loiola e Miguez (2007) reforçam esse pensamento afirmando que o potencial da cultura como geradora de riquezas e de empregos não pode ser separado de uma visão ampliada da cultura, como geradora também de riquezas simbólicas, o que nos remete novamente ao conceito de capital cultural acima citado. Para eles, não se trata, apenas de perseguir o crescimento econômico por meio do estímulo às atividades ligadas à cultura, mas, principalmente, “de criar as condições propícias ao aumento da diversidade das manifestações culturais, promovendo a inclusão, simultaneamente cultural, social e econômica, de novos e múltiplos agentes criadores”.

Mas foi George Yúdice, em sua obra *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global* (2004), quem mais detidamente sistematizou o conceito de “cultura como recurso”. Sua abordagem relata a expansão do papel da cultura para as esferas política e econômica, em contraposição ao seu esvaziamento em relação as suas noções convencionais, como por exemplo, o seu caráter estético e transcendental. O texto aponta a crescente redução da subvenção estatal direta aos serviços sociais, e o processo da globalização que vem ajudando a problematizar o uso da cultura como expediente nacional, como contexto no qual essa mudança no sentido e uso da cultura vem se dando. O surgimento do chamado “capitalismo cultural”, onde vemos a desmaterialização característica das várias fontes de crescimento

econômico e uma cada vez maior produção e distribuição de bens simbólicos têm possibilitado um maior protagonismo da esfera cultural. Esta esfera cultural se engendra de tal forma com as esferas políticas e econômicas, que se legitima enquanto um instrumento destas.

Sobre esses usos políticos e econômicos que se faz da cultura, Yúdice traz as seguintes questões: há hoje uma instrumentalização da arte e da cultura para melhorar as condições sociais e também para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano. A cultura é compreendida como uma esfera importante de investimento e diversas instituições financeiras internacionais têm apostado nela, na medida em que possa gerar retorno indireto como, incentivos fiscais, valor publicitário ou conversão da atividade não comercial em atividade comercial. Nesse processo, segundo completa Yúdice citando Santana (1999) “a cultura pela cultura” não recebe fomentos, precisa estar como ferramenta de outras esferas.

Os projetos culturais financiados pelos Bancos de Desenvolvimento Multilateral são geralmente financiados atrelados a projetos educacionais ou de renovação urbana, segundo o texto (YÚDICE, 2004). Isto porque as instituições financeiras têm uma dificuldade metodológica no desenvolvimento de indicadores para a cultura. As abordagens para definir os indicadores são geralmente critérios econômicos, profissionais ou em relação à justiça social (comprometimento com os valores e preferências culturais locais). A medida da utilidade é a única legitimação para o investimento. Na perspectiva política, arte e cultura são vistas como fundamentalmente “interessada” no contexto das disputas culturais, elas estão a serviço destas disputas como instrumento de poder de um grupo sobre outro.

Neste texto George Yúdice faz então uma discussão crítica a respeito da “conveniência da cultura” nas agendas políticas e econômicas; sobre o seu uso cada vez mais instrumentalizado enquanto recurso. Porém, sua posição é a de que é impossível não lançar mão da cultura como recurso. Na análise da cultura ele pensa que se deve pressupor sempre uma tomada de posição, o que nos remete ao conceito de política cultural de Eduardo Bolán, esboçado no início deste tópico. Pensaremos então aqui o Projeto Jardim de Gente nessa perspectiva da cultura como recurso, pois este Projeto nos parece ser mais bem compreendido, principalmente por ser uma ação pública em parceria com uma instituição privada, a partir de seu lugar dentro de uma agenda sociopolítica e um programa econômico mais amplo.

Esse é o lugar teórico de onde conseguiremos analisar as motivações, objetivos e implicações de um projeto cultural como o Jardim de Gente. E para pensarmos o aspecto da

forma e metodologias deste, o tomaremos a partir do conceito de “ação cultural”, sistematizado por Teixeira Coelho (1997).

Para este autor, “ação cultural” é basicamente um “conjunto de procedimentos, envolvendo recursos humanos e materiais, que visam pôr em prática os objetivos de uma determinada política cultural”. A ação cultural para ele, pode se dar em qualquer uma das fases do sistema de produção cultural: produção, distribuição, troca e uso (ou consumo).

Pensando no conceito de Teixeira, podemos dizer que no Projeto Jardim de Gente a ação cultural se dá no âmbito da “produção” que, conforme explica o autor, “tem por objetivo específico concretizar medidas que permitam a geração efetiva de obras de cultura ou arte”. E no âmbito da ação cultural voltada para o “uso” que é quando se “procura promover o pleno desfrute de uma determinada obra, o que envolve o entendimento de seus aspectos formais, de conteúdo, sociais e outros”. As atividades formativas do projeto circulam entre estes dois objetivos, de estimular a produção e uso do produto cultural. As demais fases, a distribuição e a troca, podemos dizer que são comuns à ação cultural do próprio Centro Cultural.

Teixeira Coelho estabelece ainda, uma gradação entre dois tipos básicos de “ação cultural” para melhor compreendermos o conceito. Essa diferenciação se dá segundo os objetivos da ação. Assim, ela pode ser uma “ação cultural de serviços” ou uma “ação cultural de criação”, também chamada de “ação cultural propriamente dita”. Onde, aquela seria uma ação cultural como forma de “animação cultural”, no sentido de movimentar o campo da cultura. E esta última, a “ação cultural propriamente dita”, seria aquele tipo de ação que objetiva “fazer a ponte entre as pessoas e a obra de cultura ou arte para que, dessa obra, possam as pessoas retirar aquilo que lhes permitirá participar do universo cultural (...)”. As ações de formação em arte e cultura podem ser compreendidas dentro deste conceito, na medida em que pretendem formar mediadores, mobilizadores, produtores, consumidores ativos no campo cultural.

Refletindo todo esse lugar conceitual da ação cultural em suas dimensões, daremos início a seguir, a um breve estudo sobre a experiência do Projeto Jardim de Gente.

3 A Experiência do Projeto Jardim de Gente em 2012

O recorte temporal adotado na pesquisa foi o ano de 2012. O Jardim de Gente é um projeto financiado ano a ano pelo FECOP, tendo por isso a necessidade de sempre ser reformulado e enviado para análise a cada novo ano. Isso acarreta uma paralisação das atividades entre a prestação de contas de um período e a avaliação e aprovação de outro. No

campo das políticas culturais essa característica é comum dos sistemas de financiamento que todos já estão habituados, e dos quais as críticas já são bastante conhecidas. Mas, por se tratar de um projeto de capacitação, os problemas em relação à metodologia de financiamento, parecem se agravar, devido à paralisação do processo formativo. Por isto é que se tem a necessidade do recorte temporal, pois, observando a fala dos gestores e algumas publicações sobre o projeto (Revistas Jardim de Gente 2009, 2010 e 2011)⁷, observamos que as características deste muda muito de um período para o outro. Um indício dessa identidade complexa do projeto é que em 6 anos de existência, já passaram por ele sete coordenadores.

No ano de 2012 o Jardim de Gente ofereceu 5.298 horas/aula distribuídas em oficinas e cursos nas áreas de música, dança, teatro, moda, informática, novas mídias, audiovisual, gestão e produção cultural, artesanato, leitura e literatura, design, artes plásticas e gastronomia, atendendo assim 4.323 alunos, segundo dados dos seus relatórios. Porém, é importante observar que boa parte dos alunos fazem seguidos cursos durante o ano. Os gestores entendem que o Jardim de Gente deve fazer parte de uma fase da vida dos alunos, que eles possam apreender as diversas linguagens, que possam experimentar as sensações e com o tempo aguçar os sentidos para a arte e para a cultura, pois assim, poderão ser verdadeiros consumidores ou produtores de arte. O que os gestores afirmam é que tem tido uma exigência cada vez maior para que os relatórios do projeto comprovem que se tem combatido de forma direta a pobreza na região. E por isso, tem-se caminhado para uma profissionalização dos cursos ofertados, conforme podemos observar nos encontro do PPP.

Sobre os cursos, constatou-se que os mesmos não possuem ementas ou carga-horária definidas que sejam construídas por um corpo técnico. Os planos de curso são feitos pelos professores, sem um acompanhamento pedagógico especializado. Parte dos cursos acaba sendo entendido pelos alunos, como uma ação de caráter mais lúdico e assistencial, conforme relatam os professores em seus relatórios mensais, pois muitos alunos não visualizam o campo profissional das áreas que estão desenvolvendo em sala de aula. Esses desencontros entre os objetivos do projeto, o formato dos cursos e a pretensão dos alunos, parece criar uma confusão entre os discursos e as práticas, o que afeta os resultados do projeto e nos faz observar que o mesmo ainda não possui uma linha de atuação definida e legitimada, assim como objetivos que seja claro para todos os atores envolvidos. O que faz com que não fique claro também a proposta metodológica que o projeto tem no combate à pobreza.

⁷ Desde 2009 o Projeto Jardim de Gente tem colocado como meta a elaboração de uma revista onde são sistematizados os resultados alcançados a cada ano. Porém, como a reprodução da revista só acontece no ano seguinte, a revista de 2012 ainda não foi distribuída.

Nas reuniões de construção do Plano Político Pedagógico (PPP), observamos que o desejo dos atores envolvidos (professores, gestores, alunos e comunidade) é de avançar no sentido de construir, além do PPP, as ementas dos cursos, dando uma estrutura mais fixa, com maior embasamento teórico-metodológico e com carga-horária mínima que garanta de fato uma formação profissional dos jovens. Mas o que alguns professores e pessoas da equipe técnica alertam, é para o fato de o projeto não poder perder a sua dimensão de formação para a cidadania.

Outra questão que também observada pelos gestores e nos encontros do PPP, é o fato de não existir no projeto uma ação direta para a inserção dos alunos no mercado de trabalho. O que se observa é que, após a finalização das oficinas, falta um acompanhamento do aluno, uma assistência continuada, uma ação de inserção no mercado e uma avaliação do percurso daquele aluno que possa monitorar o desenvolvimento sócio-profissional do mesmo, de modo a garantir que o projeto possa avaliar se conseguiu alcançar seu objetivo ou não.

Nesse sentido, algumas práticas foram ensaiadas no ano de 2012, na tentativa de profissionalizar os alunos, fomentar o empreendedorismo e trabalhar o capital cultural deles. Os gestores do projeto buscaram parcerias com entidades de respaldo para dar uma nova dimensão à formação desses jovens.

O Colégio Técnico de Dança (CTD), a Ashoka⁸ e a Universidade Federal do Ceará (UFC), foram entidades com as quais as parcerias foram feitas neste sentido. O CTD trouxe seis professores (ex-alunos do CTD, dançarinos profissionais) com vasta experiência profissional para ministrar oficinas para os jovens do curso de Dança de Rua Avançada. A Ashoka entrou com uma oficina de empreendedorismo social, onde 15 jovens puderam aprender a elaborar os seus próprios projetos e implementá-los, podendo assim começar a pensar como produtores e gestores e não apenas como alunos.

A parceria com a UFC não é recente, começou ainda em 2010 com os cursos de gastronomia. Em 2012 a parceria se estendeu para outros cursos como o de moda, teatro e audiovisual. Nestas linguagens o projeto passou a receber uma orientação técnica de professores tutores da Universidade. Das tentativas de qualificar os cursos oferecidos pelo projeto, esta se mostrou uma das mais exitosas.

⁸ A Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, que apoia o trabalho de empreendedores sociais no mundo todo. Tem atuação em mais de 60 países e foi criada na Índia em 1980, pelo norte americano Bill Drayton. No Brasil, além de financiar os empreendedores, atuam com o Programa Geração Muda Mundo que leva formação em empreendedorismo social juvenil para diversos estados brasileiros, através de parcerias público e privadas.

Visitas a outros espaços da cidade também foi uma medida adotada pela gestão do projeto em 2012, o intuito era fazer os alunos conhecerem mais sobre a área de atuação da linguagem que estavam desenvolvendo nas oficinas. Foram feitas visitas ao Centro de Artesanato do Ceará (Ceart) com os alunos dos cursos de artesanato, ao Canal 10 com os alunos do audiovisual, à apresentação de uma orquestra com os alunos da prática de conjunto. Além disso, foram promovidos workshops sobre políticas de incentivo e captação de recursos.

No geral, o que observamos é um Jardim de Gente que se encaminha para o sentido de alinhar as propostas do projeto com os debates a cerca da cultura como recurso. Começa-se a pensar em profissionalização, em inserção no mercado de trabalho do campo da cultura. Mas esses discursos que ganham força, ao mesmo tempo sofrem questionamentos na medida em que não se deve esquecer o lugar onde esta ação tem lugar e o público ao qual ele serve. Um público que antes mesmo de sofrer com a baixa qualificação profissional, se depara cotidianamente com tantos outros problemas sociais. Nesse sentido é preciso cautela para pensar o lugar da cultura enquanto ação de uma política pública.

3 Perfil, perspectivas e experiências dos alunos

Para enriquecer este estudo sobre o Projeto Jardim de Gente, utilizamos da técnica de aplicação de questionários para fazer um breve levantamento do perfil de parte dos alunos e da experiência destes no projeto. Assim, o questionário foi aplicado a 23 alunos que concluíram algum curso no ano de 2012 e que tinham idade entre 18 e 25 anos.

Perfil dos Alunos

Verificamos o seguinte perfil dos alunos: 39% eram do sexo masculino, contra 61% do sexo feminino, o que demonstra que as mulheres estão em maioria nos cursos. Dentro da faixa etária pesquisada, 52% tinham de 18 a 21 anos e 48% estavam entre 22 e 25 anos. Tivemos então um levantamento bem distribuído em relação à idade pretendida.

Em relação à escolaridade, 52% dos jovens já possuíam ensino médio concluído; apenas 17% ainda estavam concluindo e 30% deles estavam no nível superior. Este dado revela que boa parte dos jovens que participa das formações do Jardim de Gente está em idade escolar adequada, se lembrarmos da faixa etária pesquisada. Esse resultado nos remete a uma conclusão presente num estudo sobre o público do Centro Cultural Dragão do Mar (LEOCÁDIO, A; PARENTE, E. S; PRADO, K. P. L., 2007) que, citando o conceito de

capital cultural de Bourdieu, afirma que o nível de escolaridade das pessoas é, de fato, uma variável fundamental para a explicação do consumo da cultura.

É interessante analisar e problematizar esta relação entre escolaridade elevada e busca por formação na área de arte e cultura, no contexto pesquisado. Será que os jovens com problemas na educação formal, como atraso ou interrupção dos estudos, buscam outros tipos de formação, para além do ensino formal? Tendo em vista esse questionamento, podemos incorrer a uma questão central sobre o projeto: será que o Jardim de Gente, enquanto projeto de formação, é visto como uma alternativa de desenvolvimento econômico e social por um público que talvez mais necessite dele (se levarmos em conta que grande parte das pessoas com baixa escolaridade, também possui baixa renda)? Se o projeto não consegue ser essa alternativa, visualizada e acessada pelos que possuem maiores necessidades econômicas, sociais e educacionais, é possível então se combater à pobreza com esta ação?

Porém, o levantamento sobre a renda dos alunos nos mostra que 70% deles têm renda bruta mensal familiar de 1 a 3 salários mínimos, ou seja, encontram-se numa faixa de renda baixa. Apenas 9% relatou ter renda abaixo de 1 salário mínimo e 17% possui renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos.

Aspectos da Formação

Foram feitas também questões referentes aos aspectos da formação. Partindo destas perguntas, pudemos analisar quais os cursos mais procurados por este público, como eles avaliam a sua aprendizagem nesse processo e quais os benefícios ou dificuldades encontradas na experiência com o projeto.

Os 23 jovens citaram 34 cursos que concluíram no ano de 2012. Muitos alunos costumam fazer mais de um curso no ano ou permanecem anos seguidos participando do projeto. Um exemplo disso são os alunos dos cursos de dança que acabam se constituindo como grupos, devido ao tempo que estão juntos no projeto, e alguns já dão aulas de danças em suas escolas. Essa vivência dentro do CCBJ é interessante, pois aquele jovem que constrói uma história no lugar, mais facilmente pode vir a se identificar profissionalmente com as atividades culturais. Por outro lado, a permanência e o acesso dos jovens em diversos cursos, influenciam no número de desistências, pois os alunos entram e saem com muita facilidade de um curso para o outro.

Na pesquisa, foi perguntado sobre essas motivações na escolha dos cursos. Nesta questão, eles podiam escolher até três opções. A resposta mais escolhida foi “interesse de

estudar na área do curso”, 30% das respostas. E a segunda, o “interesse em se profissionalizar na área do curso”, com 26%. Pelo menos nesta questão, parte significativa dos alunos envolveram interesses profissionais e educacionais na hora de definir um curso a fazer no projeto. Essa demanda condiz com o que é proposto pelo FECOP e com o que é pensado nas estratégias do projeto, o grande nó não parece estar, portanto, nos objetivos dos atores envolvidos, mas na metodologia proposta e adotada por cada um. O projeto promove cursos que não oferecem uma plena formação para o jovem, mas que funcionam mais como estratégia de sensibilização para o mundo e o mercado da cultura. Entendemos assim, pelo fato de os cursos serem em sua maioria curtos e sem um conteúdo rigidamente definido.

Concluimos aí que o diálogo precisa ser constante para se chegar a um maior aproveitamento do projeto, pois, conforme o conceito de Teixeira Coelho (1997) que trabalhamos, uma ação cultural se caracteriza por ser um processo que se inicia inacabado e que é construído coletivamente, de modo que seus atores em movimento dão forma às ações e resignificam seus objetivos.

Neste sentido, por depender daquilo que as pessoas e grupos aos quais se destina entendam dela fazer, a ação cultural, apresentando-se como o contrário da fabricação cultural, não é um Programa de materialização de objetivos previamente determinados em todos os seus aspectos por uma política cultural anterior, mas um processo que, tendo um início claro, não tem um fim determinado nem etapas intermediárias previamente estabelecidas.

E o Jardim de Gente, por todas as características já apontadas e por almejar formar além de profissionais para o campo cultural, preparar também cidadãos, precisa ser uma ação pensada e vivenciada junto ao seu público.

Avaliação da Aprendizagem

Ao procurarem os cursos do Jardim de Gente, os jovens do Grande Bom Jardim têm diversas expectativas. Eles falam que esperam poder “ampliar, adquirir, abranger mais os conhecimentos e obter qualificação”. Além disso, pensam em “agregar conhecimentos aos estudos da faculdade” e almejam “aprender novas técnicas e o desenvolver habilidades”. Muitos falam ainda em “aperfeiçoamento profissional” e em “exercer na área profissional o que aprendeu durante os cursos”. Mas alguns também comentam que têm expectativas de “se divertir”, “ter um lazer” e “melhorar o seu autoconhecimento por meio das artes”. Esses aspectos também são importantes quando se fala em atividades artísticas e culturais, não podendo ser relegado a segundo plano. Ainda citando Teixeira Coelho,

(...) a ação cultural não atinge seus objetivos quando se propõe apenas a criar relações entre as pessoas e a obra de cultura ou mesmo quando se propõe a promover a criação cultural em seu sentido amplo (ação cultural propriamente dita); estas relações devem ser tais que possibilitem às pessoas, compreendendo e dominando os procedimentos da expressão cultural, por sua vez expressarem-se elas mesmas de modo autônomo e nos mais diferentes domínios da vida social. A ação sociocultural propõe às pessoas, considerando seu momento e seu espaço próprios, bem como os meios à sua disposição, uma reflexão crítica sobre a obra cultural, sobre si mesmas e sobre a sociedade (...).

Em relação à aprendizagem, 83% se dizem satisfeitos, apenas 4% não está e 13% está satisfeito em parte. Os que se dizem satisfeitos afirmam que aprenderam os conteúdos teóricos e práticos propostos pelos cursos. Alguns citam que os cursos os prepararam para o mercado de trabalho que pretendem atuar ou serviram de base para buscar novas formações. Relacionaram também esse êxito aos professores que foram bons mediadores do conhecimento. E três dos entrevistados falam sobre a questão do desenvolvimento pessoal, da disciplina e do bem estar pessoal como consequências dos cursos.

Uma última pergunta que remete ao impacto do Jardim de Gente na vida dos jovens levantou os aspectos que eles acreditam terem melhorado em suas vidas com a participação no projeto. 87% dos entrevistados afirmam terem vivido uma mudança em algum aspecto. Os aspectos que estamos classificando aqui como “pessoais” foram, de longe, os mais citados. Desenvolvimento das relações pessoais, do autoconhecimento, da autoestima e do projeto de vida, ficaram entre os aspectos mais citados pelos alunos. Em seguida, os aspectos ligados à “sociabilidade”, tais como: melhor convívio em grupo, aprender a trabalhar em grupo, desenvolver ações voluntárias e aproximar-se da comunidade, foram os segundos mais citados. Foi uma surpresa para a pesquisa estas respostas, pois esperávamos que o público se detivesse aos aspectos mais práticos da aprendizagem e profissionalização, mas ao contrário, as falas levantaram aspectos subjetivos das experiências dos alunos nos cursos. Quando eles explicam essas “relações pessoais”, geralmente falam em desenvolvimento da comunicação, diminuição da timidez e o fato de terem conhecido mais pessoas e pessoas que consideram importante na trajetória pessoal, profissional e artística deles. Seguindo destes, pudemos classificar aspectos de aprendizagem e formação. E, por último, e em igual teor, eles mencionam terem observado melhoras em aspectos profissionais e culturais de suas vidas.

Perfil e experiências profissionais

Para complementar a pesquisa, levantamos o perfil profissional desses jovens, a fim de compreender como os cursos ofertados pelo projeto influenciavam esse aspecto. Dos nossos

23 entrevistados, 17 já haviam trabalhado ou trabalhava no momento da aplicação do questionário. 14 deles responderam que atividades exerciam e observamos que apenas 5 estavam envolvidos com as áreas que são desenvolvidas no projeto: aula de dança, produção de moda, operador de sistema de computadores, desenvolvimento de produtos artesanais e monitoria de outro projeto de arte e cultura do CCBJ. Observamos que é pequeno o número de jovens que conseguem desenvolver atividade remunerada nestas áreas.

É importante informar que 53% dos jovens tiveram essas experiências de trabalho antes de fazer os cursos no Bom Jardim. Dos 5 que tiveram atividades na área cultural, 2 já trabalhavam antes de participar do projeto. Com isso podemos concluir que dos 23 entrevistados que fizeram cursos em 2012, apenas 3 pessoas tiveram trabalhos remunerados ligados a área de arte e cultura.

Essa é a realidade dos alunos do projeto que encontram dificuldade na hora de se inserir no mercado cultural. O projeto não tem uma metodologia estruturada para facilitar este processo, apesar de ser algo reivindicado pelos alunos. De fato, concordamos que não se trata de uma tarefa fácil e que muitas vezes pode extrapolar as possibilidades e objetivos do projeto em si. Sabemos que a questão do desemprego e trabalho precário é algo macro que apenas se reflete no campo cultural. Mas todas as informações até aqui levantadas, levam a crer que é um problema a ser posto e buscado soluções coletivas. Afinal, 100% dos jovens que participaram do questionário afirmaram desejar trabalhar na área relacionada aos cursos que fez no Jardim de Gente. De alguma forma isso significa que eles não estão nesses cursos à toa.

4 Considerações Finais

Baseado no acima exposto, entendemos que o Projeto Jardim de Gente é uma ação cultural que busca fomentar a construção de um capital social e cultural capaz de promover o desenvolvimento social e econômico no Grande Bom Jardim. A ideia da cultura como recurso não só econômico, mas também para o desenvolvimento social, serve para compreendermos a importância de um projeto de formação em arte e cultura como este enquanto ferramenta de combate à pobreza.

Pode-se compreender que a presença do Jardim de Gente traz consigo, tentando usar a ideia de Santana (1999 apud YÚDICE, 2004), um entendimento da cultura enquanto ferramenta de integração social e combate a diversos problemas sociais. Quando pensamos o FECOP enquanto fundo financiador, observamos que ele é injetado prioritariamente em áreas

de vulnerabilidade social através de um leque de ações. O Jardim de Gente é apenas um destes projetos, portanto ele se encontra ligado a uma agenda sociopolítica e econômica bem mais ampla do que a simples promoção da cultura e desenvolvimento das linguagens artísticas.

Todos os objetivos apontados por este projeto compõe uma agenda política e econômica determinada por uma política de Estado, como diria Yúdice, é uma ação “interessada”. Todos esses objetivos demonstram o caráter de recurso da cultura para a melhoria social e econômica de uma população. A perspectiva da “cultura pela cultura” se perde em meio a tantos interesses e agendas políticas.

Com isso, percebemos que os intentos deste projeto são passíveis de se alinharem aos propósitos do FECOP de combater a pobreza estrutural, dotando a população de baixa renda de ferramentas que os possibilite a saída da condição de pobreza⁹. Mas, conforme verificamos a distância entre o discurso e a prática ainda é uma dificuldade a ser enfaticamente enfrentada dentro da proposta do projeto. É preciso tentar garantir a “coerência entre o que se diz buscar e as ações postas em prática”, usando as palavras de Lia Calabre (2007). Para esta autora “o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração” e esse é também um dos desafios do Jardim de Gente.

O que avaliamos é que o Jardim de Gente tem obtido êxito mais no sentido de promover a cidadania junto aos seus alunos, possibilitando uma “democracia da cultura” e a obtenção de um capital cultural, abrindo espaço para que possam experimentar as diversas linguagens artísticas, descobrir o mundo da cultura e da arte, ao mesmo tempo em que resignificam o seu lugar de cidadão. O passo que precisa ser dado então para a profissionalização e a inserção econômica desses alunos é algo ainda a ser buscado, planejado, experimentado e avaliado. Ações de inserção, acompanhamento profissional e avaliação desses alunos, podem ser vistas como iniciativas que conseguem aproximar o projeto das pretensões do FECOP.

Este embate entre formar profissionais qualificados para o campo da cultura ou oportunizar para a população de baixa renda a formação em arte como fator de cidadania, talvez consiga achar um caminho de conciliação. As estratégias usadas durante 2012 mostraram algumas possibilidades de enriquecimento das formações sem deixar o lado da formação cidadã, investindo no protagonismo dos jovens e não na mera reprodução de técnicas. As falas dos jovens também demonstraram essa dupla capacidade do projeto.

⁹ GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2004.

Entendemos que a política cultural voltada para a formação pode ser pensada como uma estratégia válida para a saída de pessoas da condição de pobreza, porém o Jardim de Gente é uma experiência que precisa ser mais bem sistematizada, formatada e executada para poder alcançar resultados reais.

Referências

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Rubim, Antonio Albino Canelas e Barbalho, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez. 2007

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN). Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Fundo de combate à pobreza**. Fortaleza, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Mais de 130 mil pessoas vivem na extrema pobreza em Fortaleza**. Fortaleza: 2012. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/noticias/ipece-na-midia/mais-de-130-mil-pessoas-vivem-na-extrema-pobreza-1>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

LEOCÁDIO, A; PARENTE, E. S; PRADO, K. P. L. Avaliação de políticas públicas culturais para a população de baixa renda: um estudo no Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza. In: **eGesta** – Revista Eletrônica de Gestão de Negócios, V.3, n. 4, out.-dez./2007, p. 53-76.

LOIOLA, Elizabeth; MIGUEZ, Paulo. Sobre cultura e desenvolvimento. In: ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Facom –UFBA), 2007. CD-ROM.

PORTO, Marta. Cultura para a política cultural. In: Rubim, Antonio Albino Canelas e Barbalho, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Caelas e BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: Usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.